

CADEIA DE VALOR DOS PROCESSOS DE TRABALHO DO TCE-GO

INFORMAÇÕES ESTRATÉGICAS			INFORMAÇÕES TÁTICAS				INFORMAÇÕES OPERACIONAIS			INFORMAÇÕES DE SAÍDA DO PROCESSO DE TRABALHO		
Núcleo	Macroprocesso	Descriativo	Processo de Trabalho	Dono do Processo de Trabalho	Maturidade do Processo de Trabalho	Políticas / documentos de referência	Documentos operacionais	Emissor(s) do documento	Produtos	Clientes	Benefícios Esperados	
							POs	ITRs / Manuais				
<b>Auxílio à Assembleia Legislativa do Estado de Goiás (ALEGO)</b>		Tem por objetivo tomar disponíveis para a Assembleia Legislativa do Estado de Goiás (ALEGO), informações e pareceres produzidos pelo TCE-GO, visando a subsidiar o processo de responsabilização política do governo, a situação do Legislativo na alocação de recursos públicos, bem como a elaboração de recomendações e a elaboração de planos e orçamentos, a avaliação da gestão fiscal e o aperfeiçoamento do arcabouço legal.	Apreciação das Contas do Governador	Secretaria de Controle Externo	●	Constituição Federal Constituição Estadual Decreto de Execução Orçamentária Lei de Responsabilidade Fiscal Lei Federal nº 4.320/1994 Lei Federal nº 6.404/1976 Lei Federal nº 10.406/2002 Lei Federal nº 10.826/2006 Lei Orgântica Anual Lei Orgânica do TCE-GO	PO Acompanhar a Prestação de Contas do Governador	Manual do Usuário Prestação de Contas do Governador	Diretoria de Fiscalização de Contas e Serviço de Fiscalização de Contas do Governo	(i) Relatórios e pareceres prévios acerca das contas do Governo do Estado de Goiás;	Alego	(i) Subsidiar o processo de responsabilização política do governo pelos resultados de suas ações e pela conformidade de seus demonstrativos contábeis.
			Atendimento a Solicitações da ALEGO	Secretaria de Controle Externo	●						(ii) Subsidiar o aperfeiçoamento do ordenamento jurídico relativo ao controle e à gestão dos recursos públicos.	
<b>Promoção da Transparéncia e do Controle Social</b>		Tem por objetivo tomar disponíveis para a sociedade, imprensa e conselhos incumbidos do controle social, informações acerca da gestão pública, dos resultados e impactos da mesma, bem como disponibilizar, de forma específica, para denunciantes, representantes e solicitantes, informações acerca dos fatos apurados pelo TCE-GO ou das informações solicitadas	Atendimento a Solicitações	Ouviridoria	●	Resolução Administrativa nº 05/2022 Resolução Administrativa nº 13/2024 Manual de Integridade	PO Gerir Demanda de Denúncias, Representações e Notícias de Irregularidade PO Gerir Manifestações e Pedidos de Acesso à Informação	Ouviridoria Ouviridoria	(i) Informações acerca do aperfeiçoamento do ordenamento jurídico, da conformidade e do desempenho da gestão dos recursos públicos estabelecida, etc.	Alego	(i) Subsidiar o aperfeiçoamento do ordenamento jurídico relativo ao controle e à gestão dos recursos públicos.	
			Apuração de Denúncias	Secretaria de Controle Externo	●	Resolução Administrativa nº 13/2024						(ii) Subsidiar ações e decisões mediante obtenção de esclarecimentos, entre outros, quanto a: procedimentos e processos de controle externo, códigos, procedimentos administrativos, jurisprudência do TCE-GO.
			Apuração de Representações	Secretaria de Controle Externo	●	Resolução Administrativa nº 13/2024						(iii) Gestão eficiente do canal de comunicação entre o cidadão e o TCE-GO.
			Disponibilização de Informações acerca da Gestão Pública	Secretaria de Controle Externo	●		PO Gerir Observatório de Políticas Públicas PO Gerir Indicadores do Observatório de Políticas Públicas	Secretaria de Controle Externo Serviço de Avaliação de Políticas Públicas Homologadas	(i) Informações sobre fatos apurados. (ii) Informações sobre fatos apurados.	Denunciante Representante	(i) Encaminhar os fatos visando ao cumprimento da lei, dos regulamentos e dos contratos a que se sujeita o denunciante, respeitando-se, quando for o caso.	
			Divulgação dos Resultados das Ações de Controle Externo	Secretaria de Controle Externo	●	Resolução nº 05/2019	PO Emitir Relatório do Artigo 30 Manual de Instruções do artigo 30	Manual de Instruções do artigo 30 Serviço de Fiscalização de Pessoal	(i) Relatório do Artigo 30. (ii) Benefícios autônomos em decorrência das ações de controle externo	Sociedade, Imprensa e ALEG	(i) Encaminhar os fatos visando assegurar a observância da lei, dos regulamentos e dos contratos a que se sujeita o denunciante, respeitando-se, quando for o caso.	
			Capacitação e Orientação para o Exercício do Controle Social	Escola Superior de Controle Externo Adão Nascimento	●							(ii) Desenvolver competências para desempenhar suas missões.
			Exame e Julgamento das Contas dos Gestores	Secretaria de Controle Externo	●	Constituição Federal Constituição Estadual Lei Orgânica do TCE-GO Regimento Interno do TCE-GO Resolução Normativa TCE nº 5/2018 Lei Federal nº 4.320/1964 Lei Orgântica Anual Lei Orgânica Anual		Manual do Usuário Prestação de Contas dos Gestores	Diretoria de Fiscalização de Contas e Serviço de Fiscalização de Contas dos Gestores	(i) Julgamento das contas dos gestores de recursos públicos, podendo conter determinações, recomendações, medidas cautelares, sanções e imposição de débitos.	Gestores de recursos públicos	(i) Prover a segurança jurídica mediante a apreciação das contas.
<b>OCESOS FINALÍSTICOS (NPF)</b>		Tem por objetivo tomar disponíveis para a administração pública, Estado e gestores de recursos públicos estatais, determinações, recomendações, sanções e outras, visando a prevenir, corrigir, cobrar e punir a imprópria aplicação de leis, normas e regulamentos, bem como a garantir a transparéncia, a eficiência e a eficácia das ações de fiscalização.	Fiscalizar	Secretaria de Controle Externo	●		PO Fiscalizar via Auditoria de Conformidade PO Fiscalizar via Auditoria Financeira PO Fiscalizar via Auditoria Operacional PO Fiscalizar via Inspeção PO Fiscalizar via Levantamento PO Fiscalizar via Monitoramento Programado PO Fiscalizar via Acompanhamento	Secretaria de Controle Externo Diretoria de Fiscalização do Exo Social Diretoria de Fiscalização do Exo Administrativo Diretoria de Fiscalização de Contas Diretoria de Fiscalização de Pessoal Diretoria de Fiscalização de Obras e Serviços de Engenharia Serviço de Qualidade de Controle Externo  Secretaria de Controle Externo Diretoria de Fiscalização do Exo Social Diretoria de Fiscalização do Exo Administrativo Diretoria de Fiscalização de Contas Diretoria de Fiscalização de Pessoal Diretoria de Fiscalização de Obras e Serviços de Engenharia Serviço de Qualidade de Controle Externo  Secretaria de Controle Externo Diretoria de Fiscalização do Exo Social Diretoria de Fiscalização do Exo Administrativo Diretoria de Fiscalização de Contas Diretoria de Fiscalização de Pessoal Diretoria de Fiscalização de Obras e Serviços de Engenharia Serviço de Qualidade de Controle Externo  Secretaria de Controle Externo Diretoria de Fiscalização do Exo Social Diretoria de Fiscalização do Exo Administrativo Diretoria de Fiscalização de Contas Diretoria de Fiscalização de Pessoal Diretoria de Fiscalização de Obras e Serviços de Engenharia Serviço de Qualidade de Controle Externo  Secretaria de Controle Externo Diretoria de Fiscalização do Exo Social Diretoria de Fiscalização do Exo Administrativo Diretoria de Fiscalização de Contas Diretoria de Fiscalização de Pessoal Diretoria de Fiscalização de Obras e Serviços de Engenharia Serviço de Qualidade de Controle Externo  Secretaria de Controle Externo Diretoria de Fiscalização do Exo Social Diretoria de Fiscalização do Exo Administrativo Diretoria de Fiscalização de Contas Diretoria de Fiscalização de Pessoal Diretoria de Fiscalização de Obras e Serviços de Engenharia Serviço de Qualidade de Controle Externo  Secretaria de Controle Externo Diretoria de Fiscalização do Exo Social Diretoria de Fiscalização do Exo Administrativo Diretoria de Fiscalização de Contas Diretoria de Fiscalização de Pessoal Diretoria de Fiscalização de Obras e Serviços de Engenharia Serviço de Qualidade de Controle Externo	(i) Determinações, recomendações, medidas cautelares e sanções. (ii) Avaliações de gestão e orientações sobre procedimentos e boas práticas de gestão de recursos públicos estatais. (iii) Recuperar recursos públicos devassados e responsabilizar infratores. (iv) Contribuir para a melhoria da gestão dos recursos e a qualidade dos bens e serviços públicos. (v) Orientar quanto a procedimentos adequados para a gestão de recursos públicos estatais.	Administração Pública Estadual; Programas de governo; e Órgãos e entidades da Administração Pública	(i) Prevenir e corrigir a prática de ilegalidade e o mau uso de bens e recursos públicos. (ii) Assegurar a confiabilidade e fidelidade dos controles internos e registros gerenciais, operacionais e contábeis. (iii) Cobrar e punir a prática de ilegalidade e o mau uso de bens e recursos públicos. (iv) Recuperar recursos públicos devassados e responsabilizar infratores. (v) Orientar quanto a procedimentos adequados para a gestão de recursos públicos estatais.	
												(vi) Orientar quanto a procedimentos adequados para a gestão de recursos públicos estatais.
												(vii) Prevenir e corrigir a prática de ilegalidade e o mau uso de bens e recursos públicos.
												(viii) Assegurar a confiabilidade e fidelidade dos controles internos e registros gerenciais, operacionais e contábeis.
												(ix) Cobrir e punir a prática de ilegalidade e o mau uso de bens e recursos públicos. (x) Recuperar recursos públicos devassados e responsabilizar infratores. (xi) Contribuir para a melhoria da gestão dos recursos e a qualidade dos bens e serviços públicos. (xii) Orientar quanto a procedimentos adequados para a gestão de recursos públicos estatais.
												(xiii) Prevenir e corrigir a prática de ilegalidade e o mau uso de bens e recursos públicos.
												(xiv) Assegurar a confiabilidade e fidelidade dos controles internos e registros gerenciais, operacionais e contábeis.
												(xv) Cobrir e punir a prática de ilegalidade e o mau uso de bens e recursos públicos. (xvi) Recuperar recursos públicos devassados e responsabilizar infratores. (xvii) Contribuir para a melhoria da gestão dos recursos e a qualidade dos bens e serviços públicos. (xviii) Orientar quanto a procedimentos adequados para a gestão de recursos públicos estatais.

CADEIA DE VALOR DOS PROCESSOS DE TRABALHO DO TCE-GO

Informações Estratégicas			Informações Táticas				Informações Operacionais			Informações de Saída do Processo de Trabalho		
Núcleo	Macroprocesso	Descriptivo	Processo de Trabalho	Dono do Processo de Trabalho	Maturidade do Processo de Trabalho	Políticas / documentos de referência	Documentos operacionais	Emitente(s) do documento	Produtos	Clientes	Benefícios Esperados	
PR	Controle Direto	política de segurança e o uso de recursos públicos, a assegurar a legalidade dos atos sujeitos a registro e o cumprimento dos dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e, ainda, a esclarecer dúvidas quanto à aplicação de dispositivos legais e regulatórios que visam ao maior objectivo de tornar disponíveis para programas de governo órgãos e entidades da administração pública, determinando recomendações, avaliações e orientações visando a contribuir para a excelência da gestão pública e dos serviços públicos prestados ao cidadão, para a melhoria da formulação da formulação e da gestão dos programas e serviços públicos, bem como do aperfeiçoamento das políticas públicas.					PO Fiscalizar via Avaliação de Políticas Públicas	Secretaria de Controle Externo Serviço de Avaliação de Políticas Públicas Serviço de Qualidade de Controle Externo	(i) Determinações, recomendações, observações e encaminhamentos; (ii) Avaliações de gestão e orientações sobre procedimentos e boas práticas de gestão de recursos públicos estaduais.	Administração Pública Estadual; Programas de governo e Órgãos e entidades da Administração Pública	(i) Prevenir e corrigir a prática de ilegalidade e o mau uso de bens e recursos públicos. (ii) Assegurar a confiabilidade e fidedignidade dos controles internos e registros gerenciais, documentais e contábeis. (iii) Cobrar e prestar a prática de ilegalidade e o mau uso de bens e recursos públicos. (iv) Recuperar recursos públicos desviados e responsabilizar infratores. (v) Contar para a melhoria da gestão dos recursos e a qualidade dos bens e serviços públicos. (vi) Orientar quanto a procedimentos adequados para a gestão de recursos públicos estaduais.	
							PO Fiscalizar via Acompanhamento Contínuo	ITR Orientações para fiscalização de atos de pessoal sujeitos a registro	Secretaria de Controle Externo Diretoria de Fiscalização do Exo Social Diretoria de Fiscalização do Exo Administrativo Diretoria de Fiscalização de Contas Diretoria de Fiscalização de Pessoal Diretoria de Fiscalização de Obras e Serviços de Engenharia Serviço de Qualidade de Controle Externo	(i) Determinações, recomendações, observações e encaminhamentos; (ii) Avaliações de gestão e orientações sobre procedimentos e boas práticas de gestão de recursos públicos estaduais.	Administração Pública Estadual; Programas de governo e Órgãos e entidades da Administração Pública	(i) Prevenir e corrigir a prática de ilegalidade e o mau uso de bens e recursos públicos. (ii) Assegurar a confiabilidade e fidedignidade dos controles internos e registros gerenciais, documentais e contábeis. (iii) Cobrar e prestar a prática de ilegalidade e o mau uso de bens e recursos públicos. (iv) Recuperar recursos públicos desviados e responsabilizar infratores. (v) Orientar quanto a procedimentos adequados para a gestão de recursos públicos estaduais.
							ITR Orientações para fiscalização contínua de folha de pagamento					
							PO Gerir Processos de Controle Externo	ITR Orientações para Gerir Processos de Atos de Pessoal	Secretaria de Controle Externo Diretoria de Fiscalização do Exo Social Diretoria de Fiscalização do Exo Administrativo Diretoria de Fiscalização de Contas Diretoria de Fiscalização de Pessoal Diretoria de Fiscalização de Obras e Serviços de Engenharia Serviço de Qualidade de Controle Externo	(i) Processos de Controle Externo geridos	Tribunal de Contas do Estado de Goiás	(i) Padronização das etapas e atividades envolvidas na gestão dos processos de controle externo; (ii) Padronização da estrutura organizativa e distribuição de atividades intersetoriais no âmbito da Secretaria de Controle Externo; (iii) Melhor desempenho e aumento da produtividade na execução das atividades-fim de controle externo.
							PO Instruir Processo de Controle Externo		Secretaria de Controle Externo Diretoria de Fiscalização do Exo Social Diretoria de Fiscalização do Exo Administrativo Diretoria de Fiscalização de Contas Diretoria de Fiscalização de Pessoal Diretoria de Fiscalização de Obras e Serviços de Engenharia Serviço de Qualidade de Controle Externo	(i) Instrução Técnica; (ii) Instrução Técnica Conclusiva.	Tribunal de Contas do Estado de Goiás	(i) Padronização das etapas e atividades envolvidas para a emissão de instrução técnica em processos de controle externo, em apoio à atividade jurisdicional; (ii) Melhor desempenho e aumento da produtividade na execução das atividades-fim de controle externo.
							PO Representar ao Tribunal		Secretaria de Controle Externo	(i) Representação ao Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO), com base na constatação de irregularidades ou ilegalidades em atos de gestão	Tribunal de Contas do Estado de Goiás	(i) Padronização das atividades da unidade técnica temática e das equipes de fiscalização para a elaboração e formalização de Representação ao Tribunal de Contas do Estado de Goiás, com base na constatação de irregularidades ou ilegalidades em atos de gestão.
			Acompanhamento dos Limites Legais e Prudências da LRF1	Secretaria de Controle Externo	●							
			Monitoramento do Cumprimento de Deliberações do TCE-GO	Secretaria de Controle Externo	●	Resolução Normativa nº 01/2016; Resolução Administrativa nº 007/2016; Resolução Administrativa nº 19/2022; Resolução Administrativa nº 30/2023; Lei nº. 16.168/2007; Regimento Interno do TCE-GO; Resolução Normativa nº 01/2021.	PO Catalogar itens decisórios	ITR Catalogar Itens Decisórios	Serviço de Qualidade de Controle Externo	(i) Informações sobre o cumprimento das deliberações.	Órgãos e entidades da Administração Pública	(i) Garantir o cumprimento de deliberações.
				Secretaria-Geral			PO Gerir Serviço de Controle de Deliberações		Diretoria de Atos Oficiais e Controle Serviço de Controle de Deliberações			
CCT	Avaliação da Estrutura de Governança, Planejamento e Gestão	Analise de Recursos	Secretaria de Controle Externo	Secretaria de Controle Externo	●	Resolução nº 06/2021		Manual de Análise de Recursos	Serviço de Análise de Recursos	(i) Deliberações quanto a recursos interpostos contra decisões do TCE-GO	Recorrente e interessados	(i) Garantir eficácia e efetividade à instrução recursal, no que tange exame da admissibilidade e a análise do mérito dos recursos interpostos contra atos decisórios do Tribunal de Contas.
				Secretaria de Controle Externo	●							
				Secretaria de Controle Externo	●							
				Secretaria de Controle Externo	●							
				Secretaria de Controle Externo	●							
				Secretaria de Controle Externo	●	COSO I COSO II NBR ISO 31000-2018 Resolução Aticon nº 05/2014 Resolução Normativa TCE-GO nº 6/2019		Manual de Avaliação dos Controles Internos dos Poderes, Órgãos e Entidades do Estado de Goiás	Secretaria de Controle Externo	(i) Resposta a consultas com orientações de caráter normativo.	Consultentes	(i) Esclarecer dúvidas suscitadas em relação à aplicação de dispositivos legais e regulamentares.
				Secretaria de Controle Externo	●							
				Secretaria de Controle Externo	●							
Controle com intervenção a Terceiros	Tem por objetivo tornar disponíveis à Procuradoria Geral do Estado, ao Ministério Público Estadual, a Procuradoria Civil e outras órgãos de controle, informações para que possam defender, determinar, sancionar e julgar atos da administração pública no âmbito das respectivas esferas de atuação.	Fornecimento de Informações para Subsidiar Apêdes de Terceiros.	Secretaria de Controle Externo	Secretaria de Controle Externo	●				(i) Informação sobre indicios de crimes, infrações e irregularidades apuradas pelo TCE.	PGE: Ministério Público Estadual; Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás; Procuradoria Civil; Magistrados.	(i) Subsidiar a responsabilização de infratores. (ii) Subsidiar a elaboração da lista de irregularidades. (iii) Subsidiar a elaboração de atos judiciais. (iv) Subsidiar a apuração de irregularidades.	
		Organização de Cobrança Executiva	Secretaria-Geral	Secretaria-Geral	●				(i) Informações para subsidiar a cobrança judicial.	PGE	(i) Subsidiar a recuperação de valores e execução de penas pecuniárias.	
		Composição e Fornecimento de Informações para Subsidiar Defesa do Estado de Goiás	Diretoria Jurídica	Diretoria Jurídica	●	Resolução nº 22/2008 Resolução Administrativa nº 19/2022	PO Prestar informações à PGE-GO para a defesa do Estado de Goiás em juizo		Diretoria Jurídica	(i) Informações para defesa do Estado de Goiás em juizo.	PGE	(i) Subsidiar a defesa do Estado de Goiás em relação aos acréscimos do TCE-GO questionados judicialmente. (ii) Realizar a defesa do TCE-GO nos processos judiciais cujo objeto é o questionamento de acréscimos proferidos pela instituição.

CADEIA DE VALOR DOS PROCESSOS DE TRABALHO DO TCE-GO

Informações Estratégicas			Informações Táticas				Informações Operacionais			Informações de Saída do Processo de Trabalho		
Núcleo	Macroprocesso	Descriptivo	Processo de Trabalho	Dono do Processo de Trabalho	Maturidade do Processo de Trabalho	Políticas / documentos de	Documentos operacionais	Emitente(s) do documento	Produtos	Cientes	Benefícios Esperados	
Gestão de Pessoas	Gestão de Pessoas	Tem por objetivo estimular o desenvolvimento de profissionais competentes, motivados e comprometidos com a eficiência do controle externo e com a melhoria da qualidade de vida dos colaboradores e ambiente de trabalho que conduz à excelência no desempenho, à plena participação e ao crescimento profissional e à qualidade de vida.	Políticas de Gestão de Pessoas	Secretaria Administrativa	●	Política de Gestão de Pessoas (Resolução Normativa nº 004/2009) Código de Ética (Resolução Administrativa nº 001/2014)			(i) Programas e sistemas voltados para o desenvolvimento de gestão de pessoas;	Membros, Servidores, Tercerizados e Estagiários	(i) Estimular as pessoas para desenvolver e utilizar seu pleno potencial em alinhamento com as estratégias do Tribunal.	
			Captação, Alociação e Integração	Secretaria Administrativa	●	Manual de Funções	PO Gerir Captação, Alociação e Integração de Servidores	Manual de Funções de Terceirizados	Directoria de Gestão de Pessoas	(i) Sistematica de captação, alocação e integração.	Membros, Servidores, Tercerizados e Estagiários	(i) Alinhar os métodos de seleção, alocação e integração ligados ao preenchimento de cargos e funções com as estratégias do TCE-GO.
			Desenvolvimento de Competências	Escola Superior de Controle Externo Aélio Nascimento	●	Resolução Administrativa nº 3/2021 (Regimento Interno da Escoex)	PO Gerir Ações de Capacitação PO Planejar e Gerir o Conhecimento - Biblioteca	Escola Superior de Controle Externo Aélio Nascimento	(i) Escalão Superior de Controle Externo Aélio Nascimento	Membros, Servidores, Tercerizados e Estagiários	(i) Garantir a gestão e execução de ações de capacitação para os Membros, Servidores, Jurisdicionados e Controladores Sociais. (ii) Garantir o planejamento e gestão do conhecimento no âmbito do TCE-GO.	
			Educação Profissional	Escola Superior de Controle Externo Aélio Nascimento	●	Resolução Administrativa nº 3/2021 (Regimento Interno da Escoex)	PO Gerir Planos e Programas de Educação Profissional	Escola Superior de Controle Externo Aélio Nascimento	(i) Instrutores Internos formados. (ii) Demandas de Capacitação ministradas por instrutores internos	Tribunal, Controladores Sociais e Jurisdicionados	(i) Gestão dos Planos e Programas de Educação Profissional, por meio de ciclos de gestão, com forte alcance das objecivas estratégicas da instituição. (ii) Promover a cultura de Educação Profissional em nível institucional com foco na comunicação com as partes interessadas.	
			Avaliação de Competências	Secretaria Administrativa	●	Resolução Normativa nº 04/2016; Resolução Normativa nº 07/2016; Resolução Normativa nº 08/2019	PO Gerir Avaliação de Desempenho	Manual de Avaliação de Desempenho - TCE-GO	Directoria de Gestão de Pessoas	(i) Programas de avaliação, educação e capacitação das pessoas.	Membros, Servidores, Tercerizados e Estagiários	(i) Alinhar níveis de desempenho adequados aos espaços ocupacionais do Tribunal. (ii) Desenvolver competências gerenciais e profissionais.
			Rotinas de Pessoal	Secretaria Administrativa	●	Resolução administrativa nº 22/2008; Resolução administrativa nº 19/2022; Decreto nº 10.297/2023 PPA – Plano Plurianual 2024-2027 Decreto nº 22.317/2023 Lei de Responsabilidade Fiscal LDO – Lei Orçamentária Anual LOA – Lei Orçamentária Anual Lei Orgânica nº 16.100/2007 Constituição da Estadual de Goiás Decreto orçamentário nº 10.279/2023 LEI 4.320/1964 – Lei da Fazenda Federal Emenda Constitucional nº 103/2019 Lei Complementar Estadual nº 161/2020 Lei Estadual nº 15.722/2005 Resolução Administrativa nº 002/2009 Portaria nº 864/2018-GPRES Portaria nº 286/2022	PO Executar Folha de Pagamento PO Gerir Atos de Pessoal	Directoria de Contabilidade, Orçamento e Serviço de Planejamento Orçamentário e Gestão Fiscal Directoria de Gestão de Pessoas	(i) Sistema gerenciais de controle dos serviços de pessoal	Membros, Servidores, Tercerizados e Estagiários	(i) Garantir o desenvolvimento de sistemas gerenciais adequados para o bom controle dos serviços de pessoal. (ii) Assegurar o uso correto das normas relativas aos atos de pessoal.	
			Gestão do Clima Organizacional e da Qualidade de Vida	Secretaria Administrativa	●	PCMSO - Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional  PPRA - Programa de Prevenção de Riscos Ambientais  Lei nº 6.514/1978 Portaria nº 3.214/1978 - Normas Regulamentadoras de Segurança e Higiene no Trabalho - NR-1, NR-4, NR-5, NR-6, NR-9, NR-10, NR-11, NR-17, NR-18, NR-20, NR-23, NR-26, NR-33, NR-34 Lei nº 12.905/2010 Resolução Administrativa nº 02/2024 (Política de Gestão de Pessoas no âmbito do Tribunal de Contas do Estado de Goiás)	PO Realizar Atendimento Clínico PO Gerir Condições Inseguras e Acidentes de Trabalho PO Responder Situações de Emergência	Serviço de Bem-Estar Directoria de Gestão de Pessoas Directoria de Administração	(i) Ambiente de trabalho seguro e saudável. (ii) Práticas relativas à qualidade de vida das pessoas.	Membros, Servidores, Tercerizados e Estagiários	(i) Criar e manter um ambiente que conduza à excelência no desempenho, à plena participação e ao crescimento individual e institucional. (ii) Promover o bem-estar, a satisfação e a motivação das pessoas, colaborando inclusive para a melhoria da qualidade de vida das pessoas fora do ambiente organizacional.	
			Gestão de Licitações e Contratos	Secretaria Administrativa	●	Lei Estadual nº 17.929/12; Lei Nacional nº 14.133/21; Lei Complementar nº 123/06; Decreto Estadual nº 9.900/21; Portaria nº 10/2023-GPRES; Portaria nº 31/2024 - GPRES; Lei nº 16.044/07; Instrução Normativa Federal nº 67/2021; Instrução Normativa Federal nº 73/2023; Decreto Federal nº 10.024/2019; Decreto Estadual nº 10.211/23; Decreto Estadual nº 10.247/22; Decreto Estadual nº 10.247/23; Código de Ética do TCE-GO; NRk ISO 37001/2017	PO Gerir Aquisições PO Gerir Compra de Pequeno Valor PO Gerir Licitações na Modalidade Pregão PO Gerir Contratações PO Gerir Processos de Pagamentos	Directoria de Administração Directoria de Administração Directoria de Administração Directoria de Administração Directoria de Administração	(i) Padronizar procedimentais para a formalização e o acompanhamento de termos contratuais (contratos, convênios, ajustes, acordos, aditivos e afins).	Tribunal	(i) Coordenar, orientar e controlar a execução das atividades relacionadas com a formalização de termos contratuais, bem como assegurar que os contratos sejam geridos eficazmente.	
			Gestão de Infraestrutura	Secretaria Administrativa	●	Manual de Conservação Predial (Resolução Administrativa 21/2022)	PO Gerir Manutenção Predial	Serviço de Infraestrutura Predial	(i) Metodologia de gestão para promover a aquisição, conservação, manutenção, reforma e edificação de infraestrutura.	Tribunal	(i) Garantir a aquisição, conservação, manutenção, reforma e edificação de infraestrutura.	
Logística e Sustentabilidade	Logística e Sustentabilidade	Tem por objetivo operacionalizar, aperfeiçoar e racionalizar a gestão e o atendimento às necessidades de bens e serviços para o bom funcionamento do TCE-GO.	Gestão Orçamentária e Fiscal	Secretaria Administrativa	●	Resolução Administrativa nº 02/2014 Lei Complementar nº 101/2000; Resolução Normativa TCE nº 04/2017; Resolução Administrativa nº 19/2022	PO Gerir Patrimônio PO Gerir Relatório de Gestão Fiscal	Serviço de Material e Patrimônio Serviço de Planejamento Orçamentário e Gestão Fiscal	(i) Sistematica de gestão orçamentária e fiscal.	Tribunal	(i) Garantir a gestão orçamentária e fiscal necessária às atividades organizacionais.	
			Sustentabilidade	Secretaria Administrativa	●	Plano de Gestão de Resíduos	PO Gerir Aspectos e Impactos, Riscos e Controles Ambientais PO Gerir Identificação e Avaliação dos Requisitos Legais Aplicáveis e Outros PO Gerir Resíduos	Secretaria Administrativa Secretaria Administrativa Serviço de Infraestrutura Predial	(i) Atendimento de requisitos legais. (ii) Adoção de boas práticas ligadas à sustentabilidade.	Tribunal; Sociedade	(i) Garantir o atendimento a requisitos legais e a adoção de boas práticas relacionadas a aspectos de sustentabilidade.	
			Gestão de Serviços e de Bens de Consumo	Secretaria Administrativa	●	Resolução Administrativa nº 02/2014 Lei 5.953/1997 (Código de Trânsito Brasileiro) Resolução Administrativa nº 19/2022	PO Gerir Estoques PO Fornecer Transporte PO Gerir Manutenção Veicular PO Contabilizar Vencimento de CNH e CRLV	Directoria de Administração Directoria de Administração e Serviço de Logística Directoria de Administração e Serviço de Logística	(i) Sistematica de compra, guarda e distribuição de bens e serviços.	Tribunal	(i) Assegurar a qualidade do produto ou serviço adquirido, bem como sua guarda e distribuição.	
			Gestão de Laboratórios de	Secretaria de Controle	●	NR-10 Lei Orgânica nº 16.100/2007 (Lei do TCE); I.º Edital nº 14.133/2021	PO Gerir equipamento, Controle e Manutenção PO Gerir Equipamentos, Instrumentos e Utensilícios - Controle, Calibração, Verificação Orientativa e Análise ITR Identificação, Acondicionamento e Descarte de Amostras	Directoria de Fiscalização de Obras e Serviços de Engenharia Directoria de Fiscalização de Obras e Serviços de Engenharia	(i) Executar técnicas de verificação.	Tribunal	(i) Subsidiar auditorias, pedir explicações e o termo de desvio em processos de controle externo.	

## CADEIA DE VALOR DOS PROCESSOS DE TRABALHO DO TCE-GO

INFORMAÇÕES ESTRATÉGICAS			INFORMAÇÕES TÁTICAS			INFORMAÇÕES OPERACIONAIS		INFORMAÇÕES DE SAÍDA DO PROCESSO DE TRABALHO			
Núcleo	Macroprocesso	Descriutivo	Processo de Trabalho	Dono do Processo de Trabalho	Maturidade do Desenvolvimento do Trabalho	Políticas / documentos de referência	Documentos operacionais	Emitente(s) do documento	Produtos	Clientes	Benefícios Esperados
Tecnologia da Informação	Tem por objetivo garantir a gestão e o suporte técnico na área de tecnologia da informação necessário ao desenvolvimento das atividades de controle externo.	Tecnologia da Informação	Resolução Normativa nº 13/2016	Diretoria de Tecnologia da Informação	●	PO Gerir Atendimento de Suporte de TI PO Gerir Desenvolvimento de Software Terceirizado PO Gerir Backup PO Gerir Requisição dos Projetos de Software PO Gerir manutenção terceirizada de Software	ITR Realizar Ensaio Laboratorial em Amostras de Solos e Misturas Asfálticas	Diretoria de Fiscalização de Obras e Serviços de Engenharia	Produção de sistemas corporativos com uso de tecnologia da informação.	Tribunal	(i) Desenvolver, aprimorar e acompanhar as soluções de tecnologia da informação colocadas à disposição do Tribunal.
							ITR Controle de Material de Consumo	Diretoria de Fiscalização de Obras e Serviços de Engenharia			
							ITR Controle de Resíduos	Diretoria de Fiscalização de Obras e Serviços de Engenharia			
							PO Gerir Implementação de Segurança da Informação	Diretoria de Tecnologia da Informação			
							PO Gerir Incidentes de Segurança da Informação	Diretoria de Infraestrutura e Segurança de TI			
		Segurança da Informação	Resolução Normativa nº 11/2022	Resolução nº 10/2017	●	PO Gerir Vulnerabilidades Plano de Continuidade de TI / Manual de Restauração de Recuperação	PO Gerir Vulnerabilidades	Serviço de Infraestrutura e Segurança de TI	(ii) Dados e informações trafegados e armazenados com garantia de disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade.	Tribunal	(ii) Instituir diretrizes, responsabilidades e normas específicas de segurança da informação, orientando proprietários, gestores e usuários de informações que trafegam na organização, com vistas à garantia da disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade dessas informações.
							Plano de Continuidade de TI / Manual de Restauração de Recuperação	Diretoria de Tecnologia da Informação			
							Manual de Segurança da Informação	Diretoria de Tecnologia da Informação			
							PO Gerir Alívios de Tecnologia da Informação	Diretoria de Tecnologia da Informação			
							Manual de Segurança da Informação	Diretoria de Tecnologia da Informação			

## CADEIA DE VALOR DOS PROCESSOS DE TRABALHO DO TCE-GO

INFORMAÇÕES ESTRATÉGICAS										INFORMAÇÕES TÁTICAS										INFORMAÇÕES OPERACIONAIS										INFORMAÇÕES DE SAÍDA DO PROCESSO DE TRABALHO									
Núcleo	Macroprocesso	Descriutivo	Processo de Trabalho	Dono do Processo de Trabalho	Maturidade do Processo de Trabalho	Políticas / documentos de referência	Documentos operacionais	Emitente(s) do documento	Produtos	Clientes	Benefícios Esperados																												
Governança, Planejamento e Gestão	Gestão dos Processos de Trabalho	Gestão dos Processos de Trabalho	Secretaria de Planejamento	Secretaria de Planejamento	●	Manual do SGI	ITR Gerir Processos de Trabalho (Unidades do TCE-GO) PO Gerir Processo de Trabalho ITR Gerir Processos de Trabalho (Serviço Melhoria) Manual do Bizagi aplicado ao TCE-GO PO Gerir Auditorias do SGI PO Gerir Indicadores Estratégicos PO Gerir Accountability do SGI PO Gerir Inteligência Organizacional PO Gerir Melhoria Contínua PO Gerir Partes Interessadas PO Gerir Riscos PO Gerir Plano Estratégico PO Gerir Plano de Fiscalização PO Gerir PDTI PO Produzir Conteúdo de Comunicação PO Gerir Atendimento à Imprensa Manual de Gestão da Rádio TCE-GO PO Gerir Interações em Meios Digitais PO Analisar Conformidade Processual PO Emitir Parecer sobre Relatório de Gestão Fiscal PO Emitir Parecer sobre o Relatório Anual de Contas PO Analisar Processos Administrativos PO Analisar Processos Judiciais PO Gerir Denúncias e Manifestações enviadas à Corregedoria Manual de Integridade PO Gerir Autuação de Processos e Cadastro de Documentos PO Gerir Arquivamento de Processo Eletrônico Manual de Especificação e Padronização Documental	Diretoria de Melhoria Contínua	(i) Processos de Trabalho geridos. (ii) Cadena de Valor. (iii) Informação Documentada.	Tribunal	(i) Conteúdo de qualidade da informação documentada do TCE-GO. (ii) Aprendizagem e manutenção da Cadena de Valor. (iii) Metodologia de padronização das rotinas operacionais.																												

## CADEIA DE VALOR DOS PROCESSOS DE TRABALHO DO TCE-GO

INFORMAÇÕES ESTRATÉGICAS			INFORMAÇÕES TÁTICAS			INFORMAÇÕES OPERACIONAIS			INFORMAÇÕES DE SAÍDA DO PROCESSO DE TRABALHO		
Núcleo	Macroprocesso	Descriutivo	Processo de Trabalho	Dono do Processo de Trabalho	Maturidade do Desenvolvimento do Trabalho	Políticas / documentos de referência	Documentos operacionais	Emitente(s) do documento	Produtos	Clientes	Benefícios Esperados
Apóio Finalístico ao Exercício do Controle Externo		<p>Tem por objetivo contribuir para a qualidade dos trabalhos realizados pelas unidades técnicas por meio da disseminação de métodos e técnicas de controle externo alinhados com as melhores práticas existentes.</p>	<p>Controle e Asseguração da Qualidade</p> <p>Secretaria de Controle Externo</p> 	<p>Resolução Administrativa nº 19/2022 Resolução Administrativa nº 17/2024 Plano de Controle Externo</p> <p>Resolução Administrativa nº 01/2023</p>	<p>PO Gerir normativos afetos à Secretaria de Controle Externo</p> <p>PO Gerir Propostas de Inovação para o Controle Externo</p> <p>PO Gerir Declaração de Bens e Rendas - DBRs</p> <p>PO Gerir Projetos de Fiscalização no SGF</p> <p>PO Gerir Garantia da Qualidade</p>	<p>Secretaria de Controle Externo</p> <p>Serviço de Informações Estratégicas</p> <p>Serviço de Informações Estratégicas</p> <p>Serviço de Qualidade de Controle Externo</p> <p>Serviço de Qualidade de Controle Externo</p>	<p>(i) Proposta de Resolução (ii) Exposição de motivos</p> <p>(i) Propostas de Inovação geridas por meio do banco de Propostas</p> <p>(i) Produção de conhecimento estratégico que apoia a tomada de decisões das partes interessadas do TCE-GO.</p> <p>(i) DBR recebida</p> <p>(i) Relatório de acompanhamento dos projetos. (ii) Relatório de Garantia de Qualidade (iii) Melhoria contínua dos trabalhos de Fiscalização</p> <p>(i) Ciclo de Garantia da Qualidade</p>	<p>Tribunal</p>	<p>(i) Garantir o aperfeiçoamento do controle e asseguração da qualidade dos trabalho de fiscalização, com base em normas internacionais.</p>		
			<p>Supporte à Função Judicante</p> <p>Secretaria-Geral</p> 	<p>Resolução Normativa nº 03/2013 Resolução Administrativa nº 02/2020 Resolução Administrativa nº 19/2022 Lei Orgânica do TCE-GO (art. 9º) Regimento Interno do TCE-GO (art. 113 e 143)</p> <p>Plano Estratégico TCE-GO Resolução nº 22/2008; Resolução Administrativa nº 19/2022; Resolução Administrativa nº 02/2020; Lei Estadual nº 16.168, de 2007; Constituição do Estado de Goiás; Constituição Federal de 1988.</p> <p>RN 03/2013 RN 04/2020 PORTARIA Nº 001/2022 – GPRES RA 19/2022 Lei Orgânica TCE (art. 9º) Regimento Interno (art. 113 e 143)</p> <p>Plano Estratégico TCE-GO Portaria nº 076/2018-GPRES Resolução nº 22/2008; Resolução Administrativa nº 19/2022; Lei Estadual nº 16.168/2007; • Lei Complementar Federal nº 95/1998; • Lei Complementar Estadual nº 33/2001; • Constituição Estadual de 1989; e • Constituição Federal de 1988.</p>	<p>PO Realizar Sessão Virtual</p> <p>PO Gerir Jurisprudência do TCE-GO</p> <p>PO Realizar Sessões Plenárias Híbridas</p> <p>PO Gerir Consolidação Normativa do TCE-GO</p>	<p>Secretaria-Geral</p> <p>Serviço de Jurisprudência e Consolidação Normativa</p> <p>Secretaria-Geral</p> <p>Serviço de Jurisprudência e Consolidação Normativa</p>	<p>(i) Pauta e Ata da Sessão Plenária.</p> <p>(i) Catálogo de Normativas (Consolidação); (ii) Catálogo de Acórdãos (Jurisprudência).</p> <p>(i) Pauta e Ata da Sessão Plenária.</p> <p>(i) Catálogo de Normativas Consolidado (ii) Acervo Normativo do TCE-GO</p>	<p>Tribunal</p>	<p>(i) Garantir o suporte à função judicante por meio do apoio à realização das sessões plenárias e da consolidação da jurisprudência. (ii) Garantir padrões operacionais para a execução das atividades de catalogação da jurisprudência e consolidação normativa.</p>		
			<p>Gestão de Atos Oficiais</p> <p>Secretaria-Geral</p> 	<p>Lei nº 16.168/2007; Resolução nº 22/2008; Resolução Normativa nº 02/2001;</p> <p>Lei nº. 16.168/2007 Resolução Administrativa nº 19/2022</p> <p>Resolução nº 004/2012; Portaria nº 39/2020-GPRES; Lei Orgânica do TCE-GO</p> <p>Lei 16.168/2007; Resolução Administrativa nº 19/2022; Resolução DIREX nº 001/2017</p>	<p>PO Gerir Atividades do Serviço de Registro</p> <p>PO Gerir Comunicação de Atos</p> <p>PO Gerir Publicação no Diário Eletrônico de Contas</p> <p>PO Gerir Publicação no Diário Oficial do Estado de Goiás</p>	<p>Manual de Procedimentos do Serviço de Registro</p> <p>Serviço de Publicações e Comunicações</p> <p>Serviço de Publicações e Comunicações</p> <p>Serviços de Publicações e Comunicações</p>	<p>(i) Registro de Ato de Pessoal.</p> <p>(i) Ato publicado no DOE/DEC. (ii) Comunicação aos interessados/jurisdicionados (Ofício/Despacho). (iii) Comunicação dos interessados/jurisdicionados. (iv) Sobremento de Processos.</p> <p>(i) Publicação no DEC.</p> <p>(i) Publicação no DOE.</p>	<p>Tribunal</p>	<p>(i) Garantir a gestão dos atos oficiais decorrentes das atividades do Tribunal.</p>		

Legenda - Maturidade dos Processos de Trabalho	
Identificação (cores)	Valores em %
●	n = 0 (zero)
●	0 ≤ n ≤ 40
●	41 ≤ n ≤ 74
●	n ≥ 75